

MINUTAS DE EDITAL, CONTRATO E ANEXOS JURÍDICOS

**Parques
CaRiocas**



ANEXO II – GLOSSÁRIO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº [.] / [.]

Processo Administrativo nº [.] / [.]

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº [.] / [.]

**CONCESSÃO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS
DE APOIO À VISITAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E
CONSERVAÇÃO DO PARQUE MADUREIRA, PARQUE PINTO
TELES, PARQUE ORLANDO LEITE, PARQUE GAROTA DE
IPANEMA, PNM PENHASCO DOIS IRMÃOS E PNM DA
CIDADE**

1. DEFINIÇÕES

Para fins da presente LICITAÇÃO, todos os termos e expressões empregados em letras maiúsculas, tanto na forma singular quanto no plural, terão o significado atribuído neste ANEXO, sem prejuízo de outras definições estabelecidas no EDITAL e em seus ANEXOS.

- 1.1. **ABNT:** é a sigla para Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- 1.2. **ADJUDICATÁRIA:** LICITANTE à qual tenha sido adjudicado o objeto da LICITAÇÃO, que deverá constituir a SPE;
- 1.3. **ANEXOS:** cada um dos documentos anexos ao EDITAL ou ao CONTRATO, conforme o caso, seguido da sua denominação;
- 1.4. **ÁREA DA CONCESSÃO:** as áreas indicadas no ANEXO A – CARACTERIZAÇÃO DOS PARQUES E ENTORNO e no ANEXO B – CADERNO DE ENCARGOS do CONTRATO, no âmbito das quais deverão ser realizadas as atividades da CONCESSÃO, bem como realizados os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e prestados os SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS pela CONCESSIONÁRIA, observadas as disposições do EDITAL, do CONTRATO e de seus ANEXOS, notadamente do ANEXO B – CADERNO DE ENCARGOS;
- 1.5. **B3:** B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão, situada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, responsável pela prestação de serviços especializados de assessoria técnica e apoio operacional relativos aos procedimentos necessários à realização da presente LICITAÇÃO;
- 1.6. **BENS REVERSÍVEIS:** todos os bens móveis e imóveis cedidos pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA ou por essa adquiridos, indispensáveis à continuidade da prestação dos SERVIÇOS, e que reverterão ao PODER CONCEDENTE ao término do prazo da CONCESSÃO, conforme previsto em cláusulas específicas no CONTRATO;
- 1.7. **BNDES:** Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, empresa pública federal com sede em Brasília, responsável pela prestação de serviços técnicos especializados para a estruturação e modelagem do projeto PARQUES CARIOCAS.
- 1.8. **CADERNO DE ENCARGOS:** anexo ao CONTRATO que define as diretrizes relativas aos investimentos da CONCESSÃO, operação dos PARQUES, os SERVIÇOS que serão disponibilizados aos USUÁRIOS, bem como diretrizes para o planejamento e suporte gerencial, prazos, ENCARGOS ACESSÓRIOS, diretrizes quanto aos projetos, obras e o cronograma geral dos planos;

- 1.9. CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR:** significa o evento extraordinário, imprevisível, inevitável e irresistível, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, alheio às PARTES, cujos efeitos retardadores ou impeditivos da execução contratual não eram possíveis evitar ou impedir, provenientes de atos humanos nos casos fortuitos, tais como, sem limitação, atos de guerra, hostilidades ou invasão, subversão, protestos, rebelião, ou terrorismo, e, fatos alheios à vontade humana, na força maior, tais como, sem limitação, epidemias, radiações atômicas, fogo, raio, graves inundações, chuvas mensais com média superior aos últimos 10 (dez) anos do respectivo mês, ciclones, tremores de terra e outros cataclismas naturais, que diretamente afetem as atividades compreendidas na CONCESSÃO em consonância com o disposto no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro;
- 1.10. CHAMAMENTO PÚBLICO:** procedimento competitivo por meio do qual a CONCESSIONÁRIA selecionará a pessoa jurídica que atuará como VERIFICADOR INDEPENDENTE, mediante a validação do PODER CONCEDENTE, observadas as condições mínimas de qualificação previstas na Cláusula 27.5 do CONTRATO;
- 1.11. COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou COMISSÃO:** comissão instituída pela Portaria nº [•], publicada no Diário Oficial em [•], e que será responsável por receber, examinar e julgar todos os documentos e conduzir todos os procedimentos relativos à LICITAÇÃO;
- 1.12. CONCESSÃO:** delegação dos serviços públicos de apoio à visitação, operação, manutenção e conservação, no PARQUE MADUREIRA, PARQUE PINTO TELES, PARQUE ORLANDO LEITE, PARQUE URBANO GAROTA DE IPANEMA, PNM PENHASCO DOIS IRMÃOS E PNM DA CIDADE, no Município do Rio de Janeiro, capital do Estado do Rio de Janeiro, incluindo o custeio de ações de apoio à conservação, compreendendo a realização dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e prestação dos SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS descritos no ANEXO B – CADERNO DE ENCARGOS, podendo incluir a realização de INVESTIMENTOS FACULTATIVOS e outros SERVIÇOS;
- 1.13. CONCESSIONÁRIA:** SPE signatária do CONTRATO, constituída de acordo com o disposto no EDITAL e em seus ANEXOS, sob as leis brasileiras, com o fim exclusivo de exploração da CONCESSÃO e a exploração das FONTES DE RECEITAS e das RECEITAS ACESSÓRIAS;
- 1.14. CONSORCIADA:** sociedade, fundo e/ou pessoa jurídica integrante de CONSÓRCIO;

- 1.15. CONSÓRCIO:** associação de sociedades, fundos e/ou entidades com o objetivo de participar conjuntamente da LICITAÇÃO, e que, sagrando-se vencedor da LICITAÇÃO, deverá constituir a SPE;
- 1.16. CONTRATO:** o instrumento jurídico celebrado entre o PODER CONCEDENTE e a SPE, que estabelece os termos da CONCESSÃO;
- 1.17. CONTROLADA:** qualquer pessoa jurídica ou fundo de investimento cujo CONTROLE seja exercido por outra pessoa, física ou jurídica, ou fundo de investimento, direta ou indiretamente;
- 1.18. CONTROLADORA:** qualquer pessoa, natural ou jurídica, ou fundo de investimento, que exerça CONTROLE sobre outra pessoa jurídica ou fundo de investimento, direta ou indiretamente;
- 1.19. CONTROLE:** o poder detido por pessoa ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto ou sob controle comum para, isolada ou conjuntamente, (i) exercer, de modo permanente, direitos que lhe assegurem a maioria dos votos nas deliberações sociais e eleger a maioria dos administradores ou gestores de outra pessoa jurídica, fundo de investimento ou entidade de previdência complementar, conforme o caso; e/ou (ii) efetivamente dirigir as atividades e orientar o funcionamento de órgãos de outra pessoa jurídica, fundo de investimento ou entidade de previdência complementar;
- 1.20. CORRETORA CREDENCIADA:** sociedade corretora ou distribuidora habilitada a operar na B3, contratada pela LICITANTE, por meio de contrato de intermediação, para representá-la em todos os atos relacionados à LICITAÇÃO junto à B3;
- 1.21. CRONOGRAMA DA LICITAÇÃO ou CRONOGRAMA:** cronograma contendo a relação e ordem dos principais atos da LICITAÇÃO, constante do item 24 do EDITAL;
- 1.22. DATA DE EFICÁCIA:** data a partir da qual a CONCESSIONÁRIA assumirá a operação da ÁREA DA CONCESSÃO, devendo iniciar a prestação dos SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS, observadas as condições para sua implementação previstas no CONTRATO;
- 1.23. DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES Nº 1 E Nº 2:** quando deverão ser entregues os ENVELOPES contendo a GARANTIA DE PROPOSTA e a PROPOSTA ECONÔMICA das LICITANTES;
- 1.24. DIRETOR DA SESSÃO:** representante da B3 que conduzirá a sessão pública da LICITAÇÃO, em nome da COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, segundo os termos do EDITAL;

- 1.25. **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:** conjunto de documentos arrolados no EDITAL, destinados a comprovar a habilitação jurídica, a regularidade fiscal e trabalhista, a qualificação econômico-financeira e a qualificação técnica das LICITANTES;
- 1.26. **EDITAL:** o instrumento que instituiu as regras e condições necessárias à condução da LICITAÇÃO, e todos os seus ANEXOS;
- 1.27. **ENCARGOS ACESSÓRIOS:** ações e serviços de apoio à visitação, à proteção e a gestão a serem custeadas pela CONCESSIONÁRIA na forma do CONTRATO;
- 1.28. **ENVELOPE Nº 1:** invólucro contendo a GARANTIA DE PROPOSTA da LICITANTE;
- 1.29. **ENVELOPE Nº 2:** invólucro contendo a PROPOSTA ECONÔMICA da LICITANTE;
- 1.30. **ENVELOPE Nº 3:** invólucro contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da LICITANTE;
- 1.31. **ENVELOPES:** denominação, em conjunto, do ENVELOPE Nº 1, do ENVELOPE Nº 2 e do ENVELOPE Nº 3;
- 1.32. **EQUIPAMENTOS NÃO CONCEDIDOS:** equipamentos, estruturas e utilitários que não estão incluídos no escopo da CONCESSÃO;
- 1.33. **FINANCIADOR:** toda e qualquer instituição financeira, banco de fomento ou agência multilateral de crédito, que conceda FINANCIAMENTO à CONCESSIONÁRIA para a execução do objeto do CONTRATO;
- 1.34. **FINANCIAMENTO:** todo e qualquer financiamento eventualmente concedido à CONCESSIONÁRIA, na forma de dívida, para cumprimento das suas obrigações no âmbito do CONTRATO;
- 1.35. **FONTES DE RECEITAS:** são aquelas provenientes da exploração de atividades econômicas relacionadas ao objeto do CONTRATO;
- 1.36. **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:** a garantia do fiel cumprimento das obrigações da CONCESSIONÁRIA, a ser prestada e mantida em favor do PODER CONCEDENTE, nos termos do CONTRATO;
- 1.37. **GARANTIA DE PROPOSTA:** a garantia de cumprimento das obrigações assumidas pela LICITANTE em razão de sua participação na LICITAÇÃO, nos termos do EDITAL;
- 1.38. **HOMOLOGAÇÃO:** ato que representa a aceitação da PROPOSTA ECONÔMICA apresentada pela LICITANTE vencedora;

- 1.39. ICMBIO:** é a sigla para Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;
- 1.40. INDICADORES DE DESEMPENHO:** conjunto de metas e padrões para avaliação da qualidade dos SERVIÇOS prestados pela CONCESSIONÁRIA, conforme disposto no CONTRATO, em especial no SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO;
- 1.41. INMETRO:** é a sigla para Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia;
- 1.42. INTERVENÇÕES:** são todas as OBRAS civis, reformas, construções, atividades de restauro, infraestrutura, montagem de estruturas ou qualquer outra forma de intervenção física permanente na ÁREA DA CONCESSÃO;
- 1.43. INVESTIMENTOS:** INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e INVESTIMENTOS FACULTATIVOS previstos no CONTRATO, quando referidos conjuntamente.
- 1.44. INVESTIMENTOS FACULTATIVOS:** investimentos não compreendidos como INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS que poderão ser propostos pela CONCESSIONÁRIA, nos termos e condições estabelecidos no CONTRATO;
- 1.45. INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS:** os investimentos que constituirão obrigações da futura CONCESSIONÁRIA, conforme delimitado pelo ANEXO B – CADERNO DE ENCARGOS;
- 1.46. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:** a Constituição Federal, a Constituição do Estado do Rio de Janeiro, a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, as leis federais, estaduais e municipais, as normas infralegais e as demais normas aplicáveis, conforme vigentes, ao PODER CONCEDENTE, à CONCESSIONÁRIA, à CONCESSÃO ou às matérias tratadas no CONTRATO, conforme o caso;
- 1.47. LEI FEDERAL DE CONCESSÕES:** a Lei Federal nº 8.987/1995;
- 1.48. LEI MUNICIPAL DE CONCESSÕES:** a Lei Complementar Municipal nº 37/1998;
- 1.49. LEI DE LICITAÇÕES:** a Lei Federal nº 14.133/2021;
- 1.50. LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO:** a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, de 05 de abril de 1990;
- 1.51. LICITAÇÃO:** o certame, destinado à seleção da PROPOSTA ECONÔMICA mais vantajosa ao PODER CONCEDENTE para contratação da CONCESSÃO;
- 1.52. LICITANTE:** qualquer pessoa jurídica, fundo de investimento ou CONSÓRCIO participante da LICITAÇÃO;

- 1.53. MACROTEMAS:** temas de interesse social e ambiental pertinentes aos PARQUES objeto da CONCESSÃO e seu entorno, para os quais poderá ser destinada uma fração da OUTORGA VARIÁVEL para investimentos diretos da CONCESSIONÁRIA, conforme disciplinado no CONTRATO e em seu ANEXO B – CADERNO DE ENCARGOS;
- 1.54. MORADORES DO ENTORNO:** pessoa física, comprovadamente domiciliada nas proximidades da ÁREA DA CONCESSÃO, registrada perante a CONCESSIONÁRIA, cujo acesso à sua residência requer a passagem pelas dependências do PNDI e PNMC, bem como o serviço de transporte exclusivamente destinado ao deslocamento dos MORADORES DO ENTORNO dentro do PNDI;
- 1.55. OBJETO:** delegação dos serviços públicos de apoio à visitação, operação, manutenção e conservação nos PARQUES;
- 1.56. OBRAS:** toda construção, reforma, recuperação ou ampliação a ser realizada pela CONCESSIONÁRIA;
- 1.57. OPERAÇÃO:** a prestação dos SERVIÇOS na ÁREA DA CONCESSÃO;
- 1.58. OUTORGA FIXA:** valor ofertado por cada LICITANTE em contrapartida à outorga da CONCESSÃO, estabelecido em sua PROPOSTA ECONÔMICA, observados os parâmetros mínimos e forma de pagamento estabelecidos no EDITAL e em seus ANEXOS;
- 1.59. OUTORGA VARIÁVEL:** percentual da receita operacional bruta obtida pela CONCESSIONÁRIA, devida ao PODER CONCEDENTE, conforme disciplinado pelo CONTRATO;
- 1.60. PARQUES ÂNCORAS:** designação dada aos principais PARQUES objeto de estudo e modelagem, sendo eles o PARQUE URBANO MADUREIRA MESTRE MONARCO (ou simplesmente PUMD), e o PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO PENHASCO DOIS IRMÃOS (ou simplesmente PNDI);
- 1.61. PARQUES CARIOCAS:** programa lançado pela gestão da Prefeitura do Rio de Janeiro, que tem por objetivo revitalizar os PARQUES URBANOS e os PARQUES NATURAIS da cidade;
- 1.62. PARQUES NATURAIS:** PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO PENHASCO DOIS IRMÃOS (ou simplesmente PNDI) e PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA CIDADE (ou simplesmente PNMC), situados, respectivamente, na Rua Aperana, s/n, bairro do

Leblon, e na Estrada Santa Marinha, nº 505, bairro da Gávea, ambos no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;

- 1.63. PARQUE ou PARQUES:** PARQUE URBANO MADUREIRA MESTRE MONARCO (ou simplesmente PUMD), PARQUE URBANO PINTO TELES (ou simplesmente PUPT), PARQUE URBANO ORLANDO LEITE (ou simplesmente PUOL), PARQUE URBANO GAROTA DE IPANEMA (ou simplesmente PUGI), PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO PENHASCO DOIS IRMÃOS (ou simplesmente PNDI) e PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA CIDADE (ou simplesmente PNMC), parques municipais urbanos e naturais situados, respectivamente, na Rua Soares Caldeira, nº 115, bairro de Madureira, Rua Pinto Teles, nº 333, bairro do Campinho, Rua Ferraz, nº 02, bairro de Cascadura, Avenida Francisco Bhering, nº 2-224, bairro do Arpoador, Rua Aperana, s/n, bairro do Leblon, e Estrada Santa Marinha, nº 505, bairro da Gávea, todos no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
- 1.64. PARQUES URBANOS:** PARQUE URBANO MADUREIRA MESTRE MONARCO (ou simplesmente PUMD), PARQUE URBANO PINTO TELES (ou simplesmente PUPT), PARQUE URBANO ORLANDO LEITE (ou simplesmente PUOL) e PARQUE URBANO GAROTA DE IPANEMA (ou simplesmente PUGI), situados, respectivamente, na Rua Soares Caldeira, nº 115, bairro de Madureira, Rua Pinto Teles, nº 333, bairro do Campinho, Rua Ferraz, nº 02, bairro de Cascadura, Avenida Francisco Bhering, nº 2-224, bairro do Arpoador, todos no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
- 1.65. PARQUES SATÉLITES:** designação dada aos PARQUES estudados para composição de blocos da CONCESSÃO, sendo eles o PARQUE URBANO PINTO TELES (ou simplesmente PUPT), PARQUE URBANO ORLANDO LEITE (ou simplesmente PUOL), PARQUE URBANO GAROTA DE IPANEMA (ou simplesmente PUGI), e o PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA CIDADE (ou simplesmente PNMC);
- 1.66. PARTES:** o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA, quando referidos conjuntamente;
- 1.67. PARTES RELACIONADAS:** pessoa jurídica integrante do mesmo grupo econômico da CONCESSIONÁRIA, pessoa física que guarde parentesco até quarto grau com qualquer dirigente da CONCESSIONÁRIA ou qualquer pessoa, física ou jurídica, que exerça ou possa exercer, de alguma forma, influência significativa sobre a CONCESSIONÁRIA ou vice-versa;

- 1.68. PERÍODO DE TRANSIÇÃO DA CONCESSÃO:** período durante o qual se efetuará a transição das operações dos PARQUES e da prestação dos SERVIÇOS para a CONCESSIONÁRIA;
- 1.69. PERMISSIONÁRIOS:** pessoa física ou jurídica, indicada em levantamento realizado pelo PODER CONCEDENTE, que desempenhe atividades em espaços situados na ÁREA DA CONCESSÃO, mediante autorização formalizada por meio de contratos, termos de permissão de uso ou outro instrumento jurídico congênere, sob regime precário, que tenha por objetivo desenvolver a exploração de atividade econômica ou a preservação de área verde no âmbito do programa Adote.Rio;
- 1.70. PLANO DE COMUNICAÇÃO, MARKETING E IDENTIDADE VISUAL:** documento elaborado pela CONCESSIONÁRIA que tem por objetivo prever a utilização da logomarca dos PARQUES e da marca PARQUES CARIOCAS na comunicação com os USUÁRIOS, nos souvenirs, veículos, sinalização e uniformes dos funcionários da CONCESSIONÁRIA;
- 1.71. PLANO DE GESTÃO DE EVENTOS:** documento elaborado pela CONCESSIONÁRIA que tem por objetivo o detalhamento do calendário e das atividades a serem realizadas nos PARQUES;
- 1.72. PLANO DE GESTÃO E OPERAÇÃO:** documento elaborado pela CONCESSIONÁRIA que tem por objetivo dar suporte à execução e ao monitoramento dos SERVIÇOS da CONCESSÃO;
- 1.73. PLANO DE IMPLANTAÇÃO:** documento elaborado pela CONCESSIONÁRIA que tem por objetivo detalhar a proposta dos INVESTIMENTOS e dos SERVIÇOS que a CONCESSIONÁRIA pretende implantar na ÁREA DA CONCESSÃO;
- 1.74. PLANO DE MANEJO:** documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais da unidade de conservação, foi estabelecido o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão do PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO PENHASCO DOIS IRMÃOS e do PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA CIDADE;
- 1.75. PLANO DE MONITORAMENTO DOS IMPACTOS DA VISITAÇÃO:** documento elaborado pela CONCESSIONÁRIA que tem por objetivo o detalhamento do impacto gerado pelos atrativos, serviços e atividades de visitação na ÁREA DA CONCESSÃO;

- 1.76. PLANO DE TRANSIÇÃO OPERACIONAL:** documento elaborado pela CONCESSIONÁRIA e aprovado pelo PODER CONCEDENTE, que contém o planejamento para a transição e a assunção dos PARQUES pela CONCESSIONÁRIA, que deverá conter as medidas operacionais que as PARTES devem realizar, cronograma, regras para a CONCESSIONÁRIA acompanhar a operação pelo PODER CONCEDENTE e outras ações necessárias para serem realizadas previamente ao início da operação dos PARQUES pela CONCESSIONÁRIA;
- 1.77. PLANOS:** quando referidos em conjunto, os planos a serem apresentados pela CONCESSIONÁRIA para análise e aprovação do PODER CONCEDENTE, detalhando o método e procedimentos para prestação dos SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS nos PARQUES;
- 1.78. PODER CONCEDENTE:** o Município do Rio de Janeiro/RJ, por intermédio da Secretaria de Meio Ambiente e Clima – SMAC;
- 1.79. PROJETOS EXECUTIVOS ou PROJETOS:** projetos detalhados, abrangendo todos os elementos que permitam ao PODER CONCEDENTE compreender o uso, implantação e soluções de arquitetura, urbanismo, engenharia e paisagismo propostos pela CONCESSIONÁRIA para as INTERVENÇÕES na ÁREA DA CONCESSÃO;
- 1.80. PROPOSTA ECONÔMICA:** proposta a ser apresentada por cada LICITANTE, no âmbito do ENVELOPE Nº 2, de acordo com os termos e condições do EDITAL e seus ANEXOS, em especial o ANEXO III – MODELOS DA LICITAÇÃO, e que deverá conter o valor de OUTORGA FIXA ofertado pela LICITANTE;
- 1.81. RECEITAS:** compreende as FONTES DE RECEITAS e as RECEITAS ACESSÓRIAS a serem exploradas pela CONCESSIONÁRIA no âmbito da CONCESSÃO;
- 1.82. RECEITAS ACESSÓRIAS:** são aquelas provenientes da exploração de atividades econômicas apenas indiretamente relacionadas ao objeto do CONTRATO, devendo ser propostas pela CONCESSIONÁRIA mediante apresentação de Plano de Negócios específico, nos termos, bases e condições descritos no CONTRATO;
- 1.83. REPRESENTANTE CREDENCIADO:** pessoa autorizada a representar as LICITANTES em todos os documentos relacionados à LICITAÇÃO, exceto nos atos praticados junto à B3;
- 1.84. SERVIÇOS AMBIENTAIS:** são os serviços de conservação e preservação do meio ambiente que podem ser transformadas em RECEITAS através de mecanismos que recompensam a preservação do meio ambiente mediante pagamento por aqueles

que poluem ou são usuários, tais como, pagamento por serviços ambientais e créditos de carbono;

- 1.85. SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS:** os serviços que constituirão obrigações da CONCESSIONÁRIA perante o PODER CONCEDENTE e os USUÁRIOS, indicados no ANEXO B – CADERNO DE ENCARGOS;
- 1.86. SERVIÇOS:** compreendem tanto os SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS, quanto outras atividades desenvolvidas pela CONCESSIONÁRIA relacionados aos INVESTIMENTOS FACULTATIVOS e/ou à exploração de FONTES DE RECEITAS e RECEITAS ACESSÓRIAS;
- 1.87. SESSÃO PÚBLICA ou SESSÃO:** sessão convocada pela COMISSÃO para a etapa de abertura e classificação da PROPOSTA ECONÔMICA e, se for o caso, realização de lances à viva-voz, na forma do EDITAL;
- 1.88. SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO:** o sistema destinado à permanente e constante avaliação da qualidade dos SERVIÇOS prestados pela CONCESSIONÁRIA, por intermédio dos INDICADORES DE DESEMPENHO, conforme disposto no ANEXO C – SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO;
- 1.89. SPE ou SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO:** Sociedade de Propósito Específico constituída pela ADJUDICATÁRIA, anteriormente à assinatura do CONTRATO, que figurará como CONCESSIONÁRIA;
- 1.90. TRABALHADOR INTERNO:** trabalhador ou prestador de serviços que ocupe posto de trabalho localizado em espaço inserido na ÁREA DA CONCESSÃO, mas não a ela relacionados ou abrangidos pelo OBJETO da CONCESSÃO, cujo cadastro deverá ser elaborado e atualizado pela CONCESSIONÁRIA;
- 1.91. USUÁRIOS:** todos e quaisquer visitantes dos PARQUES;
- 1.92. VENDEDOR AMBULANTE:** pessoa física, indicada em levantamento realizado pelo PODER CONCEDENTE, que, por conta própria e assumindo os riscos, realiza atividades comerciais de pequena escala dentro da ÁREA DA CONCESSÃO, de forma itinerante, sem possuir estabelecimento, instalações permanentes ou localização fixa, cujo cadastro deverá ser elaborado e atualizado pela CONCESSIONÁRIA; e
- 1.93. VERIFICADOR INDEPENDENTE:** pessoa jurídica que deverá ser contratada pela CONCESSIONÁRIA, para suporte ao acompanhamento e fiscalização da execução do CONTRATO com atribuições que podem incluir a aferição dos INDICADORES DE

DESEMPENHO, observadas as previsões do SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO, bem como outras competências estabelecidas no CONTRATO.

